

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vereador Jacinto Dassoler, que nos honra com sua presença no

Parlamento na manhã de hoje, gostaria de reviver momentos ímpares de luta, trabalho, realização e conquista.

Faz dez anos que um grupo de companheiros e este deputado, reunidos em Osório, definiram uma caminhada de 349km até Palhoça. Primeiro, reunimos todas as Câmaras de Vereadores de toda área da BR-101 e organizamos para que cada Câmara de Vereadores esperasse na divisa do seu município, com bandeiras. Também os populares participaram da caminhada que se estendia até a divisa do outro município.

Assim, saímos de Osório até Capão da Canoa, onde encontramos os vereadores que nos acompanharam até Terra de Areia. E na divisa encontramos os vereadores de Terra de Areia, que foram até Três Cachoeiras. De lá seguimos para Torres, Passo de Torres, onde fomos recebidos pelos vereadores e o prefeito. Após, seguimos, juntamente com os vereadores, para São João do Sul e fomos até a divisa de Santa Rosa.

Em Santa Rosa os vereadores e os vereadores daquele município, a comunidade e o prefeito seguiram conosco até Sombrio. De Sombrio até a divisa de Araranguá estavam os vereadores de lá nos aguardando. Em Araranguá, na cidade alta, fizemos um ato muito bonito, juntamente com os vereadores e a população.

Nessa nossa caminhada estava o presidente da Câmara de Vereadores de Içara, que ajudou a coordenar todas as ações, também outras pessoas, assessores e a imprensa.

Saímos de Araranguá, chegamos a Maracajá e seguimos até Criciúma. Sempre fomos recebidos pelo representante da Câmara de Vereadores. Após, seguimos até Içara, onde fizemos outro ato bonito, representativo. De lá fomos a Sangão, onde também fomos recepcionados pelo representante da Câmara de Vereadores e o prefeito. Por que esse movimento? É uma manifestação de que não abriremos mão, e vamos fechar em Palhoça, até a decisão da ordem de serviço.

Então, de Sangão fomos a Jaguaruna, a Tubarão, onde o clima era de festa, porque havia um grande

número de vereadores, de pessoas, de políticos. Em Tubarão foi marcante, porque recebemos uma ligação do governo do estado, na época, Luiz Henrique da Silveira, alertando que parássemos a caminhada porque teríamos um furacão no sul, com ondas de cinco metros. Como a nossa região é uma região plana, cinco metros atingiriam a serra, e não ficaria nada!

Então, assustamo-nos, paramos ali e voltamos para Araranguá. E como é de conhecimento de todos, à noite o furacão destruiu quase toda a região do extremo sul. Por sorte, poucas pessoas morreram.

Após aquele episódio, continuamos a nossa caminhada, de Tubarão a Laguna, a Imbituba, a Paulo Lopes e a Palhoça.

Em Palhoça, o governador Luiz Henrique da Silveira, com a sua habilidade, com a sua inteligência, marcou uma audiência com o ministro dos Transportes, marcou uma audiência com o presidente Lula e desestabilizou o nosso fechamento, porque tudo que queríamos era a garantia e a segurança de uma audiência.

Fizemos um ato simbólico, em Palhoça, muito bonito, representativo, com muita gente, mas não fechamos. E na outra semana tivemos uma reunião, em Brasília, com o ministro e uma audiência com o presidente da República que assumiu o compromisso de trazer a ordem de serviço no final do ano.

Assim, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva levou a ordem de serviço em Palhoça. Foi ali que paramos, foi ali que veio a ordem de serviço. Claro, não pôde cumprir. Foi uma luta imensa para cumprir. A presidente Dilma Rousseff também pôde cumprir.

Mas hoje estamos vivendo um momento importante, porque no sábado foi aberto o elevado de Araranguá, que desafogou o centro da cidade. Agora, temos ainda a angústia do Morro do Formigão. O presidente do DNIT assumiu com este deputado, com Ronaldo Benedet e outras lideranças o compromisso de colocar os três turnos. E amanhã, deputado Jailson Lima, quinta-feira, teremos o início do turno no Morro do Formigão. Claro, depois tem todo um trabalho de ampliação.

Então, é um trabalho muito forte, muito grande, que tem que ser reconhecido. Ali, num ponto da ponte do Cabeçudas também assumiram um compromisso de três turnos. São 24 horas de luta, de trabalho. Está indo como um furacão.

O nosso problema hoje ainda é o Morro dos Cavalos, sobre o qual quero chamar atenção, pois para fazer a quarta pista o governo do estado entrou com uma ação e ganhou uma liminar na Justiça Federal. Mas a Funai ainda está tentando impedir. E nós evidentemente que não vamos aceitar nem por brincadeira.

Então, quero aqui pedir ao João José, que é o diretor-geral do DNIT aqui em Santa Catarina, para iniciar essa obra com a maior rapidez possível, pois não podemos mais conviver sem essa quarta pista, até que possamos fazer o túnel. Já faz dez anos que estamos esperando essa obra de 348 quilômetros. E a população não pode mais pagar o preço.

Tenho a honra de receber aqui o meu líder, Raimundo Marques, do Morro da Fumaça, que juntamente com o diretor do hospital vem prestigiar este Parlamento. Ele faz um trabalho ímpar, gigante, no Hospital do Morro da Fumaça, que é de porte pequeno, superando todas as dificuldades. Assim sendo, o hospital vai muito bem, e temos a obrigação e estender a mão e ajudar cada vez mais.

Voltando ao assunto, quero aqui deixar registrado os dez anos da caminhada que fizemos a pé. Foram 348 quilômetros que caminhamos. Não ficou nenhuma unha nos pés, caíram todas. Mas eu faria tudo de novo para ter a BR-101, pois quantas vidas foram ceifadas nesta rodovia. Ainda continua, mais diminuiu muito. Então, é preciso se fazer tudo com muita garra, com muita determinação e muita lealdade ao povo, porque ele espera trabalho.

Hoje aqui tem um encontro sobre o Hospital de Araranguá. Digo e repito que tudo aquilo que não servir para a população não serve para este deputado, não compartilho com nada de errado. Mas

em tudo que for certo estarei junto e quero ajudar.

Por isso, parabéns a todos que andaram na caminhada da BR-101. E no ano que vem vamos comemorar a conclusão total dessa rodovia, para a alegria do povo do sul do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de neste horário destinado ao meu partido trazer alguns dados de uma experiência que está dando certo e que está trazendo grandes resultados no que se refere à inclusão social, ao desenvolvimento social que a Cooperoeste, a Terra Viva fazem no processo da reforma agrária deste nosso país.

De maneira especial, o nosso ex-presidente Lula e a nossa presidente Dilma, de uma forma ou de outra, têm contribuído enormemente, através da participação do estado, no que diz respeito ao desenvolvimento dessas iniciativas, tendo em vista que perfazem hoje seis mil famílias que vivem nos nossos assentamentos e que têm uma política extraordinária de crédito e de incentivos por parte do nosso governo federal.

Nesse sentido, a Cooperoeste contribui com instalações diversificadas em vários municípios em nosso estado e ao mesmo tempo também no estado do Paraná, em Nova Laranjeiras, mesmo tendo indústria em São José do Cedro, Abelardo Luz e a sede em São Miguel d'Oeste.

São 817 associados, assentados da reforma agrária, que fazem parte desse contexto e, através da matéria prima produzida nas suas propriedades, alimentam a indústria Terra Viva da Cooperoeste.

É importante ressaltar aqui que a Cooperoeste industrializa em torno de 124 milhões de litros por ano, fruto do trabalho desses assentados da

reforma agrária. Isso equivale dizer que mais de dez milhões de litros de leite por mês são industrializados nessa cooperativa no estado de Santa Catarina, que está situada em São Miguel d'Oeste.

Houve um aumento de 2012 para 2013 de quase 7% no volume da industrialização de leite. Outro dado importante foi que se manteve uma média de pagamento ao produtor de quase R\$ 1,00 por litro de leite produzido por esses agricultores assentados na reforma agrária. Também houve um aumento de quase 12% nas vendas dos produtos industrializados da cooperativa, que atende basicamente a 400 cidades, sejam em Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou Paraná.

Basicamente quase quatro mil clientes são atendidos por essa cooperativa, e houve um aumento no faturamento de 31%, de 2012 para 2013. Portanto, foi um faturamento considerável, tendo em vista que essa iniciativa atende aos assentados da reforma agrária.

Então, quero deixar aqui, na manhã de hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores, este registro e ao mesmo tempo também o reconhecimento pelo extraordinário trabalho que estão fazendo no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do vereador Acendino José Cerino, conhecido como Zunga, de Palhoça, acompanhado do Nelson, do Láudio e da Bruna. Quero parabenizá-lo pela sua atuação social em defesa dos interesses da população da Palhoça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero deixar registrado na Casa o falecimento do ex-vereador Paulino Berkenbrock, de Joinville.

(Passa a ler.)

"A Câmara de Vereadores de Joinville homenageou no dia de hoje o ex-vereador Paulino Berkenbrock, de 70 anos, que faleceu na manhã de ontem (30 de março).

A homenagem aconteceu em dois momentos: durante o velório e na sessão ordinária do Legislativo.

No velório, os vereadores cobriram parte do corpo do ex-vereador com a bandeira do município de Joinville. No local, vereadores, amigos, familiares e lideranças despediram-se de Berkenbrock.

Além disso, antes de sessão ordinária, os vereadores e lideranças presentes no plenário da Casa de Leis fizeram um minuto de silêncio em sua memória.

Há 20 dias, ele estava internado no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt devido a problemas cardíacos.

Berkenbrock deixa mulher e cinco filhos.

Histórico

Paulino foi secretário regional da Prefeitura de Joinville por até três vezes, além de ter exercido o cargo de vereador em duas legislaturas: entre 1983 e 1989 (quando houve mandato de seis anos para vereador para coincidir com as eleições gerais) e entre 1989 e 1992."

Foi uma pessoa muito querida por todos, um amigo que eu fiz na época em era vereador no município de Joinville. Ele deixou de ser vereador em 1992, e nesse ano me elegi, tanto que tivemos uma relação de amizade muito sincera. E assim acabamos sentido tanto quanto a sua família a sua morte.

Solicito à assessoria que sejam encaminhado aos familiares os nossos sentimentos.

Eu recebi um e-mail como um desabafo muito forte de um cidadão com deficiência física, o sr. Wagner Coutinho. Ele me mandou e disse que provavelmente eu jogaria no lixo ou simplesmente não daria importância ao caso dele, mas pediu encarecidamente que eu lesse. Assim vou transmiti-lo:

(Passa a ler.)

"Um desabafo pessoal: O sistema é falho e muito falho!

Maldita 'burrocracia' brasileira que só emperra a tentativa do progresso.

O governo não pode reclamar por ter muita despesa previdenciária, principalmente quando se trata de aposentadoria por invalidez. Quando o aposentado por invalidez vai atrás de uma qualificação melhor através de um curso universitário, e precisa fazer uma porção de cadastros a apresentar uma pilha de documentos para conseguir uma bolsa de estudos, podemos dizer que é sim a 'burrocracia' agindo.

No edital para o requerimento da bolsa diz, 'O acadêmico portador de deficiência física ou que tiver atestada a sua invalidez permanente receberá o benefício no percentual de 100%, desde que comprove com documentos fornecidos por profissional habilitado'. Simples, não? Pois era para ser simples. A lista de documentos para apresentar é tão extensa que daria bons lucros para uma empresa de reciclagem, se é que me entendem.

Digamos que o cidadão 'implorando' pela bolsa é filho de um agricultor, e vou citar apenas três exemplos de documentos entre pelo menos 40 da lista exigida:

1 - Declaração de Imposto de Renda de pessoa física completa (inclusive com o recibo de entrega) de todos os integrantes do grupo familiar.

2 - Carteira de trabalho e previdência social atualizada de todos os integrantes do grupo familiar, apresentando original e cópia da folha de identificação com foto, da folha de qualificação civil, do registro do último contrato

de trabalho assinado e da próxima página de contrato de trabalho em branco.

Isso é ou não para dar um nó na cabeça dos mais leigos?

3 - Cópia do carnê de IPTU (da folha das informações do patrimônio) ou Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR; cópia dos documentos de veículos; cópia da nota fiscal de maquinário, cópia de extrato dos títulos ou ações, cópia de extrato bancário de investimentos, entre outros documentos que comprovem o patrimônio.

No item acima só faltou pedir um certificado comprovando se o agricultor utiliza ou não o excremento que o gado deixa no pasto, tamanha é a revolta do cidadão.

E para início de conversa, quando o interessado na bolsa faz o pedido da mesma, necessita, enquanto não receber o benefício (pelo menos dois ou três meses), pagar os valores correspondentes às mensalidades do curso, isso mesmo, pagar a mensalidade no período de espera, afinal de contas, por que o cidadão vai pedir a bolsa se tem dinheiro para pagar a mensalidade? E se não tem dinheiro para pagar a mensalidade durante esse período? Perde a bolsa?"

Como é que faz? Se ele está pedindo a bolsa de estudo é porque não tem dinheiro, mas ele tem que pagar a bolsa pelo menos por dois ou três meses. E se não tem, perde a bolsa.

Então, fiz questão de colocar aqui que estamos cuidando do caso deste rapaz com bastante cuidado. E vamos entrar em contato, inclusive, com o secretário da Educação, pois me parece que ele já era beneficiado da bolsa, apenas precisava renová-la. E esperamos resolver essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Com a desistência de representantes do PP, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, quero fazer uma manifestação especial aos policiais civis do estado de Santa Catarina que tiveram alguns projetos encaminhados a esta Casa.

Ontem, o governador Raimundo Colombo assinou por volta de 774 promoções. E entramos com um projeto de lei de nossa autoria, que altera a Lei Complementar n. 453, de 5 de agosto de 2009, com as alterações da Lei Complementar n. 499, de 25 de março de 2010, que redistribui cargos no grupo da Segurança Pública, Polícia Civil e, também, altera o art. 150 da Lei n. 6.843, que é o nosso Estatuto da Polícia Civil.

Queremos fazer com que os policiais efetivamente possam galgar na sua carreira. Pois, para se ter uma idéia, hoje, no início de carreira, tem em aberto 875 vagas, e no final de carreira para o agente de polícia são 278 vagas. Então, o que quer dizer? Dos 875 que ingressam hoje apenas duzentos e poucos chegarão ao final de carreira, se aposentarão no último nível. Por isso, muitos pelo caminho, pela atual legislação, não vão conseguir chegar ao final de carreira, porque lá existem poucas vagas.

Portanto, temos que ter uma redistribuição equilibrada para que o policial vá gradativamente galgando esse espaço, passando, tendo a promoção.

Entendo que assim como existe na Polícia Militar tem que ter uma automática, que é quando completa o primeiro ano, e depois as promoções que permitam a todos chegar ao final da carreira, chegar no tempo de aposentadoria efetivamente no último nível, ou seja, no final da carreira. Começar pelo começo como se diz e terminar no final.

Então esse é o objetivo. Os escrivães começam no nível seis, e hoje tem 279 vagas para o início de carreira. E só tem 33 vagas para o final de carreira. Quer dizer, 200 vão começar a carreira juntos, e no tempo só 33 vão chegar ao final. Causa uma disputa importante a valorização, ter a

qualificação, mas principalmente infelizmente causa um desestímulo, uma frustração ao longo da carreira, naqueles que iniciaram juntos uma caminhada, que exercem a mesma função, que têm o mesmo empenho, que têm a mesma dedicação e que não vão conseguir chegar junto ao final da carreira.

Quanto aos escrivães, aos psicólogos policiais, é a mesma maneira. Temos 200 de início de carreira e 54 no final. Inclusive pela nossa proposta, queremos discutir com o governo com o objetivo de aprovar essa lei reduzindo as vagas de psicólogo e aumentando as vagas de escrivão de polícia, ou seja, efetivamente fazendo a redistribuição, invertendo a pirâmide, entrando um número menor, mas todos esses que vão entrar na carreira com perspectiva de efetivamente chegar ao final da carreira.

Então, essa lei prevê a redistribuição dos cargos de provimento efetivo aos integrantes das respectivas classes e categorias funcionais, pertencentes ao grupo da Polícia Civil.

Pelo projeto o inicial de carreira de um policial civil vai ser em torno de R\$ 4.540. E ao final pode chegar até R\$ 13 mil. Mas se ele não tem a perspectiva de chegar ao final de carreira, ele vai ficar frustrado, não vai ter aquela mesma motivação, porque só uma pequena parte, pela atual legislação, consegue chegar ao final de carreira.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputados aqui presentes, recebi um e-mail dos técnicos da Justiça, que estão pedindo ao Tribunal de Justiça que seja revisto os seus vencimentos, porque desde 2009 os técnicos de Justiça não estão recebendo sequer a reposição da inflação no salário.

Eles fazem aqui uma tabela, um comparativo entre os outros Tribunais do estado. Por exemplo, no Paraná um técnico de secretaria recebe R\$ 5.029 um técnico judiciário começa com R\$ 3.200 e termina com R\$ 5.611. E aqui em Santa Catarina o

valor que está sendo pago para os nossos técnicos judiciários é de R\$ 2.689.

O Tribunal do Paraná, após estatizar os seus cartórios judiciários, realizou o primeiro concurso público para o cargo, partindo de R\$ 5.029. Esse é o melhor vencimento de todos os Tribunais estaduais.

Aqui em Santa Catarina, fazendo um paralelo com a Polícia Civil e a Polícia Militar, conforme foi publicado, a diferença é muito grande.

O início da carreira para a Polícia Civil é de R\$ 3.842,00 e para a Polícia Militar é de R\$ 3.842,00; já no Tribunal de Justiça o vencimento é de apenas R\$ 2.689,00.

Então, quero fazer esse registro, pedir ao presidente do Tribunal de Justiça, Nelson Schaefer, que atenda a esse pedido dos técnicos do Tribunal de Justiça, que com certeza são um dos responsáveis por termos em Santa Catarina o título de um dos Tribunais com mais resoluções e produtividade de todos os Tribunais.

Eu acho que esse é um projeto que tem que aportar a esta Casa, presidente Nelson Schaefer, e os deputados desta Assembleia Legislativa com certeza terão muita responsabilidade e vão fazer a defesa para que os técnicos do Poder Judiciário possam ser beneficiados e ter melhor qualidade, comparando os seus vencimentos com o de outras instituições.

Portanto, fica a minha palavra de apoio e o pedido para que o Tribunal de Justiça encaminhe para esta Casa essa valorização salarial dos técnicos de Justiça do estado de Santa Catarina, tendo em vista que eles estão em média com 3,71 salários mínimos, enquanto nos outros estados se chega 6,96 salários mínimos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSOL.

(Pausa)

Na ausência do deputado do PSOL, os próximos minutos estão destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência do deputado do PP, encerramos o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0065/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0323/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0476/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, a Indicação n. 0149/2014, de autoria do de deputado Reno Caramori.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0223/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0224/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Moção n. 0026/2014, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada aos presidentes da Confederação Brasileira de Futebol e da Federação Catarinense de Futebol, apelando para que seja incluído no Campeonato Brasileiro da

Série C do ano de 2014 o Clube Atlético Metropolitano, do município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0027/2014, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente do Senado e ao presidente da Câmara dos Deputados, manifestando apoio à rápida tramitação e aprovação da PEC 0555/06.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados a sessão será suspensa em decorrência de um requerimento da deputada Angela Albino, do PCdoB, que cede o seu espaço para o estudante Victor Machado Schmitt, presidente do Centro Acadêmico XI de fevereiro - CAXIF, do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, para falar sobre o IX Congresso de Direito da UFSC, o maior evento jurídico organizado inteiramente por estudantes do estado de Santa Catarina.

Está suspensa a sessão.

A sessão está suspensa pelos próximos dez minutos, para que o estudante Victor Machado Schmitt utilize a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, às 14h, com a

seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.